

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças - PGJ/MA.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota²: De acordo com a Decisão PL-TCE nº 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota3: De acordo com a Decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

Tabela 1.3

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c)=(b - a)	(d)=(1/3*c)	(e)=(b - d)	(f)	(g)=(f - a)	(h)=(a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça

CARMEN LIGIA PAIXÃO VIANA
Diretora da Secretaria
Administrativo-Financeira

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Analista Ministerial
Coordenador de Folha de Pagamento

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor-Geral

SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO
Analista Ministerial
Assessora Chefe do Controle Interno

TATIANA ALVES DE PAULA
Analista Ministerial
Coordenadora de Orcamento e Financas

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

ERRATA

ERRATA Nº 02/2015 - CPL/DPE. Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 - DPE. A Comissão Permanente de Licitação da Defensoria Pública do Estado-DPE, atendendo solicitação de esclarecimento da empresa SUPRITECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, conforme informações prestadas pela Divisão de Serviços Gerais e Transporte em relação ao edital **PREGÃO** acima referido, Proc. nº 0201/2015-DPE, comunica às empresas que retiraram o Edital e aos interessados que: 1 - Fica Retificada a quantidade

indicada no Lote Único, pág. 40, Serviços Gerais - para **quantidade 08**; 2 - A Contratada não fornecerá nenhum material de consumo ou equipamento para os serviços de copeira. 3 - A elaboração da proposta será em 02 (duas) planilhas uma para Serviços Gerais, conforme Anexo I B e outra para os serviços de Copeira. Na oportunidade, a Pregoeira da Defensoria esclarece que: 1. O julgamento e classificação das Propostas será pelo **menor preço global**. Comunica, que o recebimento dos envelopes e a abertura do certame anteriormente marcada para o dia 28/maio/2015 às 10 horas, fica remarcada para o **dia 08/junho/2015 às 10 horas**. As demais condições e especificações permanecem inalteradas. São Luís (MA), 26 de maio de 2015.

ANUNCIAÇÃO DE M. C. BARBOSA - Presidente da CPL/DPE.

RELATÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2015 - MAIO DE 2014 À ABRIL DE 2015

R\$ 1,00

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inc. I, alínea "a") e Portaria STN nº 637/2012

[illegible]



DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º ART 19 DA LRF) (II)	711.430,33	775.227,00	756.949,15	764.577,74	738.785,95	748.347,76	820.634,15	1.628.898,50	897.510,59	891.493,62	888.580,00	893.096,74	10.515.531,53	
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial														
IRRF (Decisão PL-TCE nº 15/2004)	711.430,33	775.227,00	756.949,15	764.577,74	738.785,95	748.347,76	820.634,15	1.628.898,50	897.510,59	891.493,62	888.580,00	893.096,74	10.515.531,53	
Despesas de Exercícios Anteriores														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.282.731,42	4.852.940,61	3.073.325,20	3.077.302,98	3.017.281,63	3.064.612,78	3.273.367,25	4.715.923,92	3.340.459,98	3.313.896,43	3.515.961,06	3.317.549,03	41.845.352,29	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) = (III a + III b)	41.845.352,29													
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.428.277.613,93													
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP sobre a RCL (VI)=(IV/V) *100	0,40%													
LIMITE MÁX (§ 2º do Art. 43 da Lei nº 9.887/13 c/c § 5º do Art. 20 da LRF (1,5) - <%>	156.424.164,21													
LIMITE PRUDENCIAL (§ Único, Art. 22 da LRF) - <1,425>%	148.602.956,00													

Fonte: SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN

MARIANA ALBANO DE ALMEIDA
Defensora Pública Geral

ILVANIA MARIA MENDES DUTRA
Supervisora Financeira

GIL EANES FONSECA LOBATO
Chefe do Departamento de Controle Interno

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2015 - MAIO DE 2014 À ABRIL DE 2015

R\$ 1,00

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inc. I, alínea "a") e Portaria STN nº 637/2012

DESPESAS COM PESSOAL	MAIO/2014 À ABRIL/2015	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	52.360.883,82	
Pessoal Ativo	52.360.883,82	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º ART 19 DA LRF) (II)	10.515.531,53	
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
IRRF (Decisão PL-TCE nº 15/2004)	10.515.531,53	
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.845.352,29	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) = (III a + III b)	41.845.352,29	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA-RCL (V)	10.428.277.613,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) *100	0,40%	
LIMITE MÁX (§ 2º do Art. 43 da Lei nº 9.887/13 c/c § 5º do Art. 20 da LRF (1,5) - <%>	156.424.164,21	
LIMITE PRUDENCIAL (§ Único, Art. 22 da LRF) - <1,425>%	148.602.956,00	

Fonte: SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN

NOTA: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviços, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARIANA ALBANO DE ALMEIDA
Defensora Pública Geral

ILVANIA MARIA MENDES DUTRA
Supervisora Financeira

GIL EANES FONSECA LOBATO
Chefe do Departamento de Controle Interno